

A imagologia no Brasil: primeira tentativa de sistematização

*Celeste H. M. Ribeiro de Sousa**

RESUMO: O presente texto conforma uma tentativa de acompanhar num primeiro panorama – amplo e não demasiadamente detalhado – o desenvolvimento da imagologia no Brasil. Começa por apontar as primeiras imagens do país, que são heteroimagens; pontua as autoimagens, criadas com a independência nacional; aponta para a crítica imagológica que, ao contrário da europeia, particularmente da francesa, faz seu *début* no âmbito da psicologia social e da história em vez de na literatura comparada, e termina por sublinhar os estudos mais recentes nesta área.

PALAVRAS-CHAVE: Imagologia brasileira, autoimagens do Brasil, heteroimagens do Brasil, crítica imagológica brasileira.

ABSTRACT: This text is an attempt to follow in a first outline (extensive and not too detailed) the development of the imagology in Brazil. It begins by pointing out the first images of the country that are heteroimages; punctuates the autoimages, created at the time of the national independence; points out the imagological criticism that, in opposition to the European and, particularly the French, makes its *début* in the area of social psychology and history, instead of within the area of comparative literature, and ends by underlining the more recent studies in this field.

KEYWORDS: Brazilian imagology, brazilian autoimages, brazilian heteroimages, brazilian imagological criticism.

A construção da primeira imagem: uma heteroimagem

Antes de os escritores brasileiros se preocuparem com a autoimagem nacional, o território brasileiro já tinha sido

* Professora Sênior colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Língua e Literatura Alemã da Universidade de São Paulo (USP). Este texto é uma versão alargada, em português, de palestra proferida, a convite, na Conferência Internacional “Imagology today: achievements, challenges, perspectives”, realizada na Universidade de Zagreb – Croácia, em setembro de 2009.

alvo de várias tentativas de identificação, isto é, os vários povos que o haviam visitado já lhe haviam tecido uma imagem – uma hetero e arqui-imagem –, veiculada em suas literaturas. Trata-se dos cronistas viajantes portugueses, como, por exemplo, Pero Vaz de Caminha (*Carta a el-rei dom Manuel*, escrita em 1500), de Pero Magalhães Gandavo (*História da província de Santa Cruz a que vulgarmente chamam Brasil*, redigida em 1573), de Gabriel Soares de Souza (*Tratado descritivo do Brasil*, de 1587), de Ambrósio Fernandes Brandão (*Diálogos das grandezas do Brasil*, de 1618). Embora as primeiras crônicas citadas tenham sido escritas nas datas apontadas, sua publicação é, contudo, tardia: a *História da província de Santa Cruz a que vulgarmente chamam Brasil* é impressa três anos mais tarde, em 1576, e a *Carta* só vem a lume em 1817. Além dos portugueses, também escreveram sobre o Brasil recém-descoberto viajantes franceses, entre eles o primeiro, chamado André Thevet, frade católico, (*Les singularitez de la France Antarctique – As singularidades da França Antártica*, de 1558) ou ainda Jean de Léry (*L'histoire d'un voyage fait en la terre du Brésil, autrement dit Amérique – Viagem à terra do Brasil*), publicado pela primeira vez, na França, em 1578, cuja tradução para o português só ocorre em 1889. Além dos franceses, igualmente os alemães estão entre as primeiras testemunhas europeias do Brasil. Já em 1515 surge na Alemanha um pequeno texto de autor desconhecido com o título *New Zeitung aus presillandt (Nova gazeta da terra do Brasil)* e, em 1557, Hans Staden, que havia sido aprisionado pelos índios Tupinambá, publica em Marburg um livro intitulado *Wahrhaftige Historia (Duas viagens ao Brasil)*. Entre muitos outros, sobressai Carl Friedrich Phillip von Martius com um imenso tratado sobre a flora brasileira (*Flora brasiliensis*), de 1829, e o romance *Frei Apolônio*, de 1831. Sobre a obra de cada um destes autores e da dos demais escritores que tentaram retratar o Brasil há inúmeros trabalhos críticos à disposição dos interessados.

O que se pode perceber dos elementos gerais que constituem a arqui-imagem produzida é que eles têm muito a ver com a ideia de paraíso, o que, aliás, é compreensível, pois durante toda a Idade Média se havia acreditado que o paraíso existia de fato em algum ponto da terra, talvez da Índia. Não sendo lá achado, as probabilidades de encontrar-se o Éden na América, o último reduto terrestre a ser desbravado, eram altíssimas. Diante de uma realidade tão exuberante, tão exótica e tão nova, não havia códigos linguísticos apropriados para sua tradução adequada, pelo que se recorre ao mito judaico do Jardim do Éden e aos mitos da Antiguidade Clássica (o Jardim das Hespérides, o velocino de ouro, a fonte da juventude, os faunos etc.) e, depois, ao mito do Eldorado para lhe dar forma. Assim, os traços gerais da arqui-imagem do Brasil estarão associados num primeiro momento a um espaço fertilíssimo e riquíssimo, de clima ameno, em eterna primavera, ocupado por gente primeva, próxima do primeiro homem. Este substrato, de uma forma ou de outra, dificilmente abandonará as metamorfoses que a heteroimagem do Brasil irá sofrer.

¹ Capítulo baseado em: SOUSA, Celeste Ribeiro de. Autoimagens literárias do Brasil: um recorte. In: SOUSA, Celeste Ribeiro de. *Do cá e do lá: introdução à imagologia*. São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2004. p. 301-348.

A construção da autoimagem¹

O Brasil, como país outrora colonizado, trabalhou para, após sua independência de Portugal, construir uma literatura que lhe emprestasse identidade nacional, que desse corpo a seu novo *status* político, uma literatura, portanto, original, diferente das da metrópole e das demais europeias. Assim exigiam até simpatizantes estrangeiros da causa brasileira, tais como o francês Ferdinand Denis, os portugueses Almeida Garrett e Alexandre Herculano. Neste afã, sem dúvida, a preocupação com a construção de uma imagem, de uma autoimagem nacional, era manifesta.

A imagem do Brasil e do brasileiro como filho da miscigenação racial e cultural entre um português e uma índia está, por exemplo, registrada pelo romântico José de

Alencar no romance *Iracema*, de 1865, configuração de uma lenda de 1611.

Com o tempo, a construção desta autoimagem torna-se mais e mais complexa. Além das raízes étnicas e culturais, miscigenadas entre índios e portugueses, serão tematizados como elementos da imagem nacional também o *locus* rural, em particular o sertão, que carrega consigo o reconhecimento das fronteiras distantes do território ainda mal conhecido, e o *locus* urbano.

O *locus* rural, o mundo distante da civilização, o mundo arcaizante, está, por exemplo, presente em *Inocência* (1872) do Visconde de Taunay, onde predomina a natureza virgem, a abundância, a hospitalidade sem restrições. Em 1902, Euclides da Cunha, em *Os sertões*, retoma esta vertente ruralista do Brasil, porque suas fronteiras mais longínquas ainda precisam ser dadas a conhecer. O texto constrói uma imagem de Brasil assente no choque de culturas e etnias diferentes, expande, desta forma, a ideia de nação, ao valorizar o país do interior esquecido em relação ao país do litoral, marcado por contatos mais intensos com o estrangeiro. Os sertões passam, então, a ser vistos como o *locus* da cultura brasileira mais pura, mais genuína, nacional por excelência. Neste mesmo ano de 1902, Graça Aranha publica o romance *Canaã*, em que explora a mesma vertente ruralista, mas de uma outra perspectiva. É o primeiro escritor brasileiro a trazer ao plano da ficção a imigração alemã no estado brasileiro do Espírito Santo. É sabido que no Brasil a maioria dos imigrantes de língua alemã se estabeleceu no campo e desenvolveu técnicas agrícolas baseadas no cultivo do minifúndio, algo novo no país à época. A imagem do Brasil, neste romance, é projetada no futuro, como um resultado a ser obtido da influência modernizadora e empreendedora alemã sobre o espaço físico e cultural do país, bem como da influência branqueadora da miscigenação alemã à pele mulata brasileira. Em 1934, Graciliano Ramos retoma a veia ruralista no romance *S. Bernardo*. Nele, retrata um Brasil arcaico às voltas com a

modernização do trabalho no campo em nome do capitalismo, o que entra em choque com a tradição latifundiária da região, com os valores humanos e ideologias até aí cultivados. Em 1956, João Guimarães Rosa publica *Grande sertão: veredas*. Embora no espaço rural do romance se cruzem culturas de brancos, de índios e de negros, e nele se crie uma determinada mundividência que eleva a obra a um plano universal, o Brasil que aí é configurado é um país eminentemente rural, um país sertanejo. Em 1993, Francisco Dantas publica um romance com o título *Os desvalidos*, em que a linha ruralista é, mais uma vez, retomada, desta vez no estado do Sergipe no final dos tempos de terror do cangaço e da morte de Lampião. Francisco Dantas configura o homem sertanejo pelo viés da compaixão. Enquanto Euclides da Cunha, em 1902, escrevia que o sertanejo é um forte, Dantas registra agora que o sertanejo é um desvalido, nada lhe é favorável, nem o espaço físico, nem o político, nem o religioso, nem o familiar, nem sua própria compleição franzina. Esta vertente ruralista é cultivada por muitos outros escritores canônicos, cuja discriminação, porém, não se faz necessária ao objetivo desta primeira sistematização imagológica.

A vertente urbana da autoimagem nacional é apresentada em dois estratos diferenciados: o das camadas populares e o das elites. As camadas populares urbanas como elementos da autoimagem nacional já estão presentes, por exemplo, no folhetim *Memórias de um sargento de milícias*, de Manuel Antônio de Almeida (1852-1853), e resgatam de modo corrosivo o perfil da baixa classe média (barbeiros, comadres, parteiras, meirinhos, “saloias”) do Rio de Janeiro, ao tempo de D. João VI: um grupo social marcado pela malandragem, pela transgressão às leis e à ordem. Também o romance *O cortiço* (1890), de Aluísio Azevedo, foca a periferia da sociedade brasileira urbana. No ambiente criado pelo romancista, os brasileiros pobres, tipos étnicos variados, são retratados à la Zola, como turbulentos, sensuais, amorais, degradados, preguiçosos, em consonância

com o meio ambiente tropical que habitam. Os problemas sociais causados pela Revolução Industrial na Europa são aclimatados ao Brasil, onde não há revolução alguma, mas, entre outros problemas, há um aumento desordenado da população mestiça, o aparecimento de marginalizados e uma querela entre escravagismo e antiescravagismo.

O estrato social das elites encontra registro significativo no romance *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1881), de Machado de Assis, que representa a alta classe social da cidade do Rio de Janeiro à época. Nas palavras do crítico Robert Schwarz, trata-se de um grupo social com as “ideias fora do lugar”, quer dizer, um segmento social que consegue conviver em simultâneo com uma estrutura econômica-social-política arcaica, baseada na exploração do trabalho escravo e favoritismo político e com as ideias modernas iluministas-liberais que, em suas frequentes viagens, vai beber na Europa, mais precisamente na França, e sobre as quais se manifesta durante reuniões dos mais diversos matizes. Em outras palavras, a alta sociedade urbana do Rio de Janeiro é como que esquizofrênica, fala uma coisa e faz outra.

Em 1989, Ana Miranda, sem ser historiadora, persegue a reconstituição da história do Brasil no livro *Boca do inferno*. A imagem recriada do país foca a cidade da Bahia à época da colonização portuguesa, habitada pelo Padre Antônio Vieira e pelo poeta barroco Gregório de Matos. Uma cidade degradada, feia e repulsiva, em muitos aspectos não condizente com os documentos históricos. Cito as palavras do crítico Antônio Dimas acerca do romance e da imagem de Brasil veiculada no romance:

Ana Miranda restaura os cacos de um país vulgarmente tido como pacífico, substituindo essa mentira calcificada por uma outra, de caráter ficcional, mas bem consentânea com a verdade histórica [...] a mentira romanesca chega mais perto da verdade histórica do que a mitologia oficial que pinta esta terra como exemplo de cordialidade inesgotável (Dimas, 1989).

Para além deste modo tríplice de emoldurar autoimagens do Brasil, há autores que tentam e conseguem iluminar o país como uma ampla unidade de diversidades.

Em 1928, Mário de Andrade dá a lume o romance *Macunaíma*, um caleidoscópio de lugares geográficos brasileiros, rurais e urbanos, de épocas, de lendas indígenas, anedotas locais, folclore de origem africana, canções de origem ibérica, tradições portuguesas, incidentes pitorescos, episódios da biografia do autor, transcrições textuais de etnógrafos e cronistas coloniais, frases de personalidades célebres, modismos linguísticos, enumerações exaustivas, sonoridades curiosas etc. O título, por exemplo, é tirado do livro de Theodor Koch-Grünberg, que pesquisou os índios da Amazônia. Pretende o autor superar a visão regionalista do Brasil e dar-lhe um caráter unificado de “pátria tão despatriada”, segundo suas próprias palavras, no sentido de colocar em evidência, a um só tempo, a enorme diversidade que caracteriza a nação/estado brasileiros. Na literatura nacional, é talvez a primeira obra literária que consegue abarcar o Brasil como um Um, para usar terminologia do psicanalista italiano Contardo Calligaris em *Hello Brasil*.

Em 1976, Darcy Ribeiro publica o romance *Maíra*. Como Mário de Andrade, Darcy Ribeiro quer trazer à literatura a representação de um Brasil uno em sua imensa diversidade. A imagem do país que sai das páginas desta obra dá conta dos choques culturais entre brancos, índios, mestiços, missionários jesuítas, missionários protestantes estrangeiros, fanáticos evangélicos, garimpeiros, políticos, policiais, habitantes civilizados das capitais, cientistas estrangeiros, gerando uma série de dissonâncias articuladas num gênero policial. Talvez seja este o romance que melhor retrata o Brasil como um Um pleno de diversidades.

Apresento aqui apenas algumas das mais significativas produções literárias brasileiras, mas suficientes para mostrar como a autoimagem poética do Brasil prima pela fragmentação.

A crítica imagológica: primórdios

Na Europa, talvez à exceção da França, a literatura comparada e por extensão a imagologia literária, sua primeira vertente derivativa,² sempre encontraram dificuldades diante da força das filologias. Na Europa,

a Primeira Guerra Mundial e também a Segunda, a exigirem a defesa de fronteiras e a fortalecerem o pensamento nacional, acabam por dificultar a trajetória supranacional da literatura comparada [e da imagologia]: a par do reconhecimento de que a literatura comparada poderia ser o veículo de uma “liga de povos”, tomam corpo sentimentos patrióticos poderosos. E, talvez, tenha sido justamente esta dialética intensa entre o nacional e o supranacional, associada ao positivismo, que tenha levado ao desinteresse generalizado pela disciplina, apesar de diversas tentativas de institucionalização, muitas malogradas, tanto na Alemanha, quanto na Itália, na Suíça, na Inglaterra, na Dinamarca, nos USA, onde em conjunto com estudiosos locais, ou separadamente, alguns comparatistas franceses passaram a atuar (Sousa, 2007, p. 3).

[...]

O nacionalismo tranca as portas, arranca as aldravas e desliga as campainhas, declarando que apenas os que estão dentro têm direito de aí estar e acomodar-se de vez. O patriotismo é, pelo menos aparentemente, mais tolerante, hospitaleiro e acessível – deixa a questão para os que pedem admissão. E no entanto o resultado último é, quase sempre, notavelmente semelhante. Nem o credo patriótico nem o nacionalista admitem a possibilidade de que as pessoas possam se unir mantendo-se ligadas às suas diferenças, estimando-as e cultivando-as, ou que sua unidade, longe de requerer a semelhança ou promovê-la como um valor a ser ambicionado e buscado, de fato *se beneficia* da variedade de estilos de vida, ideais e conhecimento, ao mesmo tempo em que acrescenta força e substância ao que as faz o que são – e isso significa ao que as faz diferentes (Bauman, 2001, p. 203).

² Leia-se sobre esta problemática o ensaio “Da etnopsicologia à etnoimagologia”, de Hugo Dyserinck. Disponível em: <<http://www.rellibra.com.br>> (publicações: Imagologia. Coletânea de ensaios de Hugo Dyserinck II, 2007). Também o ensaio “Sobre o desenvolvimento da imagologia”, do mesmo autor, trata do tema. Disponível em: <<http://www.rellibra.com.br>> (publicações: Imagologia. Coletânea de ensaios de Hugo Dyserinck I, 2005).

Sobre a tensão, ainda hoje perceptível na Europa, mas diluída no Brasil, entre literatura comparada e filologias discorre Wolfgang Bader no ensaio intitulado “Literatura comparada – literatura nacional: sugestões germanístico-brasileiras”.

No Brasil, as práticas comparatistas nos estudos de literatura, por assim dizer, sempre existiram, mesmo antes da institucionalização da disciplina entre 1950 e 1960. O *status* acadêmico confere à literatura comparada, a partir de então, um fôlego que não tem parado de crescer.

Em 1986, a Associação Brasileira de Literatura Comparada (Abralic) é criada na cidade de Porto Alegre. Neste mesmo ano, é publicado, salvo erro, o segundo manual de literatura comparada de uma autora brasileira – Tânia Franco Carvalhal – com o título *Literatura comparada*, cujo objetivo explícito é divulgar a matéria para estudantes universitários, e que em 1999 já está em quarta edição. O primeiro manual, também intitulado *Literatura comparada*, havia sido publicado por Tasso da Silveira em 1964, dedicado “à memória de La Fayette Cortes, eminente educador e criador da Cátedra de Literatura Comparada”, na esteira das propostas do francês Paul van Thiegem. Constam do conteúdo desse primeiro manual brasileiro os seguintes pontos: a obra literária, a literatura comparada, extensão dos estudos comparativos, literatura geral, tecnologia e divisão da literatura comparada, metodologia comparatista, eficácia pedagógica da literatura comparada, morfologia comparatista, tematologia, crenologia, mesologia, sobrevivência da obra literária, interpretações equívocas, um estudo de literatura comparada.

Ao contrário das dificuldades enfrentadas pela literatura comparada na Europa, à exceção da França, acima mencionadas, no Brasil, a literatura comparada passa a reunir entusiasticamente todos os estudiosos de literatura em congressos de âmbito nacional, realizados a cada 2 anos a partir de 1988. No Brasil, todos os estudos de literatura se encaixam, de algum modo, em literatura comparada.

Todavia, a imagologia literária, apesar de ser a sua primeira vertente derivativa, é, em terras brasileiras, uma prática recente e quase invisível. É mencionada de passagem apenas no livro de Tânia Carvalhal, que começa com um breve histórico da disciplina em território francês e em outros países, passa por um texto sobre as relações entre literatura comparada e literatura geral, fala das propostas clássicas e das grandes escolas, dos manuais franceses, do manual brasileiro, da questão das fontes, do caso Etiemble, do comparatismo em crise, do modelo estruturalista, das inovações metodológicas, das relações da teoria literária com o comparativismo, do difícil diálogo dos textos, das relações entre imitação e invenção, da intertextualidade, das noções de autoria e originalidade, da recepção produtiva, da interdisciplinaridade, das relações entre analogia, diferença e dependência, da voracidade antropofágica, das relações entre comparativismo e descolonização literária.

Sobre imagologia, constam as seguintes palavras:

Cabe ainda referir aqui que a investigação comparativista na Alemanha, dominada sobretudo por um critério de unidade, na tradição legada por Goethe e por todo o romantismo alemão, orientou-se inicialmente para os estudos de temas, motivos e personagens literários que circulam na literatura de vários séculos ou de vários países. Atualmente, volta-se para estudos de imagologia, de casos fronteiriços e de relações literárias, tendo, entre outros centros, desenvolvido esses estudos nos setores comparatistas de Aachen e Bayreuth (Carvalhal, 1986, p. 16).

Tânia Carvalhal refere-se a duas universidades alemãs com centros de literatura comparada onde a imagologia ocupa um lugar de destaque. Bayreuth, com Alois Wierlacher à frente, sempre estabeleceu um vínculo muito intenso com a germanística, em especial a ensinada aos estrangeiros, em que os conceitos de cultura e interculturalidade, bem como o alcance dos processos cognitivos, são usados como suportes teóricos. Todavia, os pontos de referência nos processos

comparativos recaem muito fortemente nas culturas de língua alemã. O centro de comparatística em Aachen, chefiado por Hugo Dyserinck, reporta-se à tradição francesa e defende, para os processos comparativos, a presença de vários objetos de estudo que deverão ser examinados de uma perspectiva supranacional.

Depois do manual de Tânia Carvalhal, vem a lume em 1997 um terceiro manual de literatura comparada, igualmente intitulado *Literatura comparada*, de autoria de Sandra Nitrini, resultado de suas pesquisas para a tese de livre docência, que logo se esgota. O livro apresenta-se dividido em 3 partes principais: a primeira sobre percursos históricos e teóricos, a segunda sobre conceitos fundamentais, como influência, imitação, originalidade, intertextualidade e recepção, a terceira sobre literatura comparada no Brasil. Neste livro, porém, não há nenhuma referência à imagologia.

No entanto, embora não no âmbito dos estudos literários tidos *stricto sensu*, é possível descortinar estudos imagológicos a respeito do país, já em 1954, no livro *O caráter nacional brasileiro*, de Dante Moreira Leite, um psicólogo social, ou no livro de 1958, *Visão do Paraíso*, do historiador Sérgio Buarque de Holanda, duas referências nos estudos da cultura brasileira. Em *O caráter nacional brasileiro*, Dante Moreira Leite faz um imenso levantamento de autores e obras brasileiros que tentam explicar o Brasil, que delineiam uma série de autoimagens brasileiras, também sistematizadas, desde as crônicas do descobrimento, passando por textos poéticos da literatura brasileira, por ensaios de psicologia social, de antropologia, de história, até chegar aos anos 90 do século XX (Pero Magalhães Gandavo, Gabriel Soares de Souza, José de Alencar, Silvio Romero, Euclides da Cunha, Monteiro Lobato, Guimarães Rosa, Paulo Prado, Nina Rodrigues, Gilberto Freyre, Caio Prado, Sérgio Buarque de Holanda e outros). Segundo Moreira Leite, o Brasil nestes autores é visto, grosso modo, de 1500 ao Romantismo como uma terra abençoada, um

paraíso; a partir do Realismo, instala-se uma perspectiva pessimista que retrata o país como um território tropical onde a civilização não é possível, onde tudo se degrada. O objetivo do autor, entretanto, vai além, ao analisar e desconstruir essas autoimagens, criticando o modo de pensar por meio de estereótipos e o afã inglório de apreender o caráter do povo brasileiro ou a psicologia da nação.

Sérgio Buarque de Hollanda, em *Visão do Paraíso*, de-tém-se no estudo aprofundado daquilo a que chamo arqui-autoimagem do Brasil. Trabalha com o imaginário do colonizador europeu, particularmente com o do espanhol e o do português do final da Idade Média e começo do Renascimento. Diferencia o modo de ver o novo mundo do espanhol e do português: enquanto o espanhol cria uma série de mitos da Conquista, derivados dos greco-judaico-cristãos (paraíso terreno, Jardim das Hespérides, velocino de ouro, faunos/sátiros), o português só sustentará um mito cristão, o de São Tomé (Sumé), talvez por ser navegador mais experimentado e estar mais acostumado como o exótico.

A crítica imagológica: tempos recentes

Estudos sobre a autoimagem do país são fartos em todas as épocas no âmbito das mais diversas disciplinas, muitos dos quais, como disse, foram levantados e analisados por Dante Moreira Leite. Mais recentemente, por exemplo, a filósofa Maria Helena Chauí publica, em 2000, *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*, uma análise demolidora da construção da autoimagem oficial do Brasil. Em 2009, sai o livro de Janaína Cordeiro Freire intitulado *Identidade e exílio em terra estrangeira*, um estudo do filme “Terra estrangeira”, de Walter Salles,

que não preserva núcleos centrais de cultura, ou brasilidades, e afirma um país híbrido, controverso, de limites e fronteiras frágeis, onde a inscrição no mundo atual distancia-se de referências ou afiliações culturais (latinoameri-

canas, terceiromundistas) engessadas, e redimensiona o tema da identidade não em termos de atraso ou modernidade, periferia ou centro, mas, de atraso e modernidade, periferia e centro. *Terra Brasilis e/é Terra Estrangeira* (Freire, 2009, p. 26).

Outros estudos encontram-se, sobretudo, nas *Revistas da Abralic* e nos *Anais dos Congressos da Associação Brasileira de Literatura Comparada*. Contudo, um estudo amplo dessa autoimagem, no âmbito estrito da literatura comparada, creio, está por fazer. Tento tocar nesse assunto no último capítulo, “Autoimagens literárias do Brasil: um recorte”, do livro *Do cá e do lá. Introdução à imagologia*, onde é mostrado que raros escritores conseguem trabalhar com a imagem caleidoscópica de um Brasil abrangente.

No âmbito das heteroimagens literárias do Brasil, há estudos esparsos realizados por brasileiros, não relacionados à imagologia, e sim tratados, por exemplo, como presença do Brasil na literatura francesa, ou presença da França na literatura brasileira. Focam-se problemas poéticos, questões de interculturalidade e intertextualidade, mas não há referência específica à imagologia. É o caso das pesquisas do Grupo “Léry Assu”, fundado em 1978 por Leyla Perrone-Moisés.

Tanto quanto sei, talvez o passo inicial no estudo sistemático de heteroimagens literárias do Brasil seja o meu livro *Retratos do Brasil: Heteroimagens literárias alemãs*. Este estudo, no entanto, foi executado na área de literatura alemã, tendo por pano de fundo teórico a germanística intercultural de Alois Wierlacher e Dietrich Krusche, com metodologia tirada do comparatista checo Dionýz Durisin, apoiada em noções de intertextualidade de Julia Kristeva e Laurent Jenny. Nesse livro, são examinadas 33 obras, desde o século XVII até 1982: romances, novelas, peças de teatro, peças radiofônicas, contos e poemas. O ponto de referência no processo comparativo é o *topos* do paraíso e o *topos* do Eldorado, encontrados respectivamente na Bíblia, nos livros medievais de Johannes Scotus, Santo Agostinho,

Ernaldus e outros, bem como nas crônicas espanholas e portuguesas do século XVI sobre a América. Nos textos examinados, o Brasil está presente, ou como tema central, ou como elemento periférico. Algumas das obras são marcadas por altíssima poeticidade como, por exemplo, os poemas de Marie Luise Kaschnitz ou a peça radiofônica *Das Jahr Lazertis*, de Günter Eich; outras são menos conhecidas, como *Der Engelwirt*, de Emil Strauß, ou *Samba*, de Ulrich Becher. Em todos os escritos investigados, as imagens do Brasil evocam, de modos diversos, os *topoi* acima mencionados. As semelhanças e diferenças entre as imagens do paraíso/Eldorado configuradas por esses *topoi* e as imagens do Brasil veiculadas nas obras literárias de língua alemã selecionadas foram classificadas em tipos. As *images* brasileiras, no recorte feito, desvelam-se de duas perspectivas básicas: a espacial e a humana. Da perspectiva espacial, o Brasil surge associado à ideia de paraíso terreal ou psicológico. A fertilidade da terra primeva e as belezas naturais (flores coloridas e perfumadas, animais exóticos, árvores verdejantes, céu magnificamente azul, mar indescritível) assinalam o paraíso terrestre, que assegura a felicidade e o contentamento do espírito. O Brasil também surge, em algumas obras, como o paraíso das riquezas, o país das possibilidades econômicas ilimitadas, ou seja, como Eldorado – uma terra imaginária e lendária, muito rica em ouro, prata e pedras preciosas, onde os imigrantes podem enriquecer e tornar-se felizes. O Brasil também é configurado como paraíso psicológico, como um país de liberdade política, social e moral. No Brasil, as pessoas não sofrem sob uma rígida ordem social. Os imigrantes tentam começar, aqui, uma nova vida, desvinculada do passado, em geral triste. Neste caso, o Brasil é um lugar de refúgio.

Da perspectiva humana conformam o Brasil índios, estrangeiros e brasileiros. Os índios – nobres, puros, primitivos e estranhos, os últimos vestígios do primeiro homem sobre a terra – habitam nestes textos a paisagem edênica. Os estrangeiros abrangem uma gama variada (alemães,

portugueses, dinamarqueses, japoneses, italianos e outros). Todos, à exceção dos alemães, são exploradores do país. Nas obras estudadas, os imigrantes são acusados de destruir a natureza para obter ouro, prata e pedras preciosas, madeira de lei para vender ou construir casas na floresta. Apenas os imigrantes de idioma alemão são capazes de coadunar progresso, economia e proteção ao meio ambiente. Os brasileiros são, em tais textos, gente negra e mulata, primitiva, inculta, mística, irresponsável.

O modo poético como estas duas imagens basilares de Brasil, a espacial e a humana, são criadas é variado. Ora as imagens da natureza e dos índios são levantadas sobre metáforas e comparações, ora são conformadas por meio de contrastes entre elementos emprestados da imagem do paraíso e elementos que funcionam como polos a ele opostos. Isto é particularmente visível na representação das cidades degradadas, ou na configuração da maioria dos imigrantes em oposição aos de língua alemã.

Os escritores de língua alemã projetam no Brasil seus sonhos e, assim, dão forma metafórica e alegórica a seus próprios paraísos particulares. Configuram imagens da alteridade, mas de uma alteridade que não é senão a projeção da própria identidade às voltas com a tentativa e a dificuldade, senão impossibilidade, de entender ou de aceitar o outro, neste caso a realidade brasileira.

Contudo, este paradigma imagológico, conforme minhas investigações, é superado, por exemplo, pelo jovem poeta alemão Ulrich Beil (1957-) em suas várias poesias sobre o Brasil, em especial na de título "Night thoughts". Neste poema, Beil poetiza um conflito, mas termina o texto com o não reconhecimento, com a negação desse conflito. O poeta tece relações entre o passado e o presente, entre a velha cultura europeia e a suposta absolutamente nova cultura do "Mundo Novo", entre o conhecido e o desconhecido, entre o presente e o futuro, entre a Alemanha e o Brasil, no fundo, entre o eu e o outro. Trata-se de um problema de identidade, do perigo de perdê-la. O modo

como o eu-lírico articula todos estes elementos faz lembrar a estrutura de um computador: clica-se uma palavra e, neste clique, abre-se uma janela cheia de informações. Continua-se a clicar em outra palavra, e uma outra janela de saber infinito se escancara ao leitor. Este saber move-se em círculo e liga tudo no poema, de tal forma que aquilo que o eu-lírico conhece, ou seja, a cultura europeia (mitologia grega, alquimia, Idade Média) e aquilo que ele aprendeu, isto é, o exotismo e a modernidade do Novo Mundo (esmeraldas, palmeiras, calor intenso, arranha-céus, bancos gigantes, criminalidade) amalgamam-se num todo. Os elementos exóticos são, no fundo, criações europeias do tempo das grandes descobertas e da colonização do país e os símbolos da Modernidade pertencem, em geral, ao mundo globalizado, são semelhantes em qualquer lugar. Desta maneira, o eu-lírico faz a fusão do velho com o novo, do passado com o presente e o futuro.

Talvez se pudesse dizer que esta mudança de paradigma tem a ver com a atual fase *internet* do movimento de globalização. Pelas *media* modernas experimenta-se uma gradual desterritorialização do próprio e do alheio. Ambos os âmbitos começam a interpenetrar-se. No poema acima, o Brasil surge não mais como periferia, como o outro, tal como no velho paradigma; o Brasil é agora, simplesmente, uma parte equânime do todo.

Voltando ao desenrolar desta pesquisa, é preciso, contudo, observar que só depois de a ter terminado, em 1988, fiquei sabendo, pelo professor visitante Prof. Dr. Theo Buck, da Universidade de Aachen, da existência do Departamento de Comparatística dessa universidade, onde a imagologia ocupava um lugar de destaque, coordenado por Hugo Dyserinck, a quem escrevi, e que gentilmente me remeteu alguns de seus ensaios e livros, os quais vieram a embasar mestrados e doutorados que orientei/orientei dentro do Grupo de Pesquisa “Rellibra” (www.rellibra.com.br), que fundei em 1993.

Tenho acompanhado os congressos da Associação de Literatura Comparada no Brasil desde o começo, em 1988, e posso dizer que, embora se possam tecer comentários sobre determinadas imagens do Brasil, o assunto não é associado a uma disciplina comparatística de nome imagologia. A designação continua, de um modo geral, ignorada pelo grande público acadêmico e mesmo pelos comparatistas. O livro específico sobre imagologia que publiquei em 2004, *Do cá e do lá. Introdução à imagologia*, apesar de definir o que se entende, hoje, por imagologia, de oferecer-lhe um método, de trabalhar o alcance e os limites do processo cognitivo por meio das imagens, de questionar as fronteiras da literatura perante a história, de ter sido subsidiado pela minha Universidade, pelo DAAD e pela Fapesp, foi muito discretamente recebido. Os comparatistas brasileiros preferem trabalhar com conceitos tais como ideologia, hibridismo, pós-colonialismo, intertextualidade, literatura de minorias, literatura de imigrantes etc. Já ouvi dizer que, para o Brasil, o estudo das suas heteroimagens é irrelevante, como se as opiniões alheias não fossem fundamentais para o conhecimento do que é próprio.

Nestes últimos anos entraram em voga os estudos comparativos entre a literatura brasileira e as demais sulamericanas, mas também aqui a imagologia continua, por assim dizer, uma ilustre desconhecida. Também devo dizer que a comparação entre as realizações literárias dos países de língua portuguesa, ou seja, as literaturas africanas de Angola, de Moçambique, de Cabo Verde, em sua relação com a brasileira e com a portuguesa, também estão em alta. Há estudos imagológicos neste âmbito, mas a palavra imagologia também é preterida em favor de outros *termini*, como os acima mencionados. Todos esses *termini*, no entanto, só instrumentalizam a análise linguística/literária e cultural dos próprios textos, inclusive daqueles que conformam imagens de países, em outras palavras, também servem às pesquisas imagológicas.

A imagologia, hoje, tem condições de ser uma disciplina autônoma, sendo a imagologia literária uma de suas

vertentes. Construir imagens de países é costume antigo e está associado à constituição da identidade grupal, que tem a ver com a criação do poder e da proteção do grupo e do indivíduo dentro dele. E, embora não se consiga fechar uma definição para “identidade” (tanto individual quanto grupal), já que o problema “emerge sob uma multiplicidade de elementos, o que sempre leva a impasses, quando se aborda a questão, porque esta se coloca num nível puramente relacional” (Sousa, 2004, p. 142), fato é que o assunto “identidade” ainda hoje se impõe, talvez mais do que nunca, no bojo da tão propalada e irresistível onda de globalização cultural que varre o planeta, pois “a fraternidade comunitária seria incompleta, talvez impensável, ainda que invejável, sem essa inclinação fratricida inata” (Bauman, 2000, p. 198).

Sem dúvida, as pesquisas imagológicas em nosso tempo globalizado são indispensáveis para se entender e/ou aceitar não só o próprio e o alheio, mas também e, sobretudo, o modo como o próprio e o alheio se articulam, interligam e interagem. Investigar esses movimentos é a tarefa multidisciplinar da imagologia, de que a imagologia literária é coadjuvante. Cada país ou nação, qualquer que seja seu formato (Estado/nação, comunidade imaginária, comunidade linguística, comunidade pós-nacionalista), precisa aprender a ler-se no contexto planetário, se quiser manter sua voz.

Referências

- BADER, Wolfgang. Literatura comparada - literatura nacional: sugestões germanístico-brasileiras. In: CARVALHAL, Tânia Franco. *1º Seminário Latino-Americano de Literatura Comparada*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1987. p. 109-118.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- CARVALHAL, Tânia Franco. *Literatura comparada*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1986.

CHAUÍ, Maria Helena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

DIMAS, Antônio. A retomada do romance histórico brasileiro. *Jornal da Tarde*, São Paulo, 19 ago. 1989.

FREIRE, Janaína Cordeiro. *Identidade e exílio em terra estrangeira*. São Paulo: Annablume, 2009.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso*. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro*. História de uma ideologia. São Paulo: Pioneira, 1983.

NITRINI, Sandra. *Literatura comparada*. São Paulo: Edusp, 1997.

SILVEIRA, Tasso da. *Literatura comparada*. Rio de Janeiro: GRD, 1964.

SOUSA, Celeste Ribeiro de. *Do cá e do lá*. Introdução à imagologia. São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2004.

———. Apresentação: brevíssima história da literatura comparada. In: SOUSA, Celeste Ribeiro de (Org.). *Imagologia*. Coletânea de ensaios de Hugo Dyserinck II. 2007, E-book. Disponível em: <<http://www.rellibra.com.br>> (publicações). Acesso em 24 abr. 2009.

